



Diagramas especulativos a partir da análise institucional, 'desejos de grupo' no Brasil em crise

Cristina T. Ribas

Como citar:

RIBAS, C. T. Diagramas especulativos a partir da análise institucional, 'desejos de grupo' no Brasil em crise. **MODOS: Revista de História da Arte**, Campinas, SP, v.6, n.2, p. 517-550, mai.2022. DOI: 10.20396/modos.v6i2.8668501. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/mod/article/view/8668501>.

Imagem [modificada]: Cristina Ribas, Diagrama (sem título), desenho sobre papel, 2016-2020 Fonte: Arquivo da autora.

Diagramas especulativos a partir da análise institucional, 'desejos de grupo' no Brasil em crise

Speculative diagrams from institutional analysis, 'group desires' in Brazil in crisis

Cristina T. Ribas*

RESUMO

A história da análise institucional nos mostra o potencial dessa ferramenta: transformar, destruir e, se necessário, reconstruir instituições; mas também nutrir processos grupais e fazer pensar agenciamentos coletivos. Neste artigo partilho uma experiência em análise institucional e artes visuais tendo o desenho e o conceito de diagrama como ferramentas de uma produção coletiva. Desenvolvo como a análise institucional e o desenho ativam – juntos – um potencial criativo e especulativo, composição a partir da qual surgem impressões, traços, gestos, 'filigranas', ou ações multiplicadoras de um procedimento de análise que projetam, eventualmente, diagramas futuros.

PALAVRAS-CHAVE

Análise institucional. Grupo. Estético-política. Diagrama. Desenho.

ABSTRACT

The history of institutional analysis shows us the potential of such tool: to transform, to destroy and, if necessary, rebuild institutions; but also to nurture group processes and to make think collective assemblages. In this writing I share an experience in institutional analysis and visual arts, having the making of drawing and the concept of diagram as tools for a collective production. I develop a reflection about how institutional analysis and drawing activate a creative and speculative potential, a composition from which emerge impressions, traces, gestures, 'filigree', or multiplying actions of an analysis procedure, projecting, eventually, future diagrams.

KEYWORDS

Institutional analysis. Group. Aesthetico-political. Diagram. Drawing.

Uma ferramenta de análise, mas também de produção. Um coletivo de psiquiatras, trabalhadores da saúde mental, de pacientes, de pensadores, de professoras, de articulações institucionais, de desbordamentos¹. Um corpo de práticas desenhando trajetórias transversais, nas quais se pode descortinar aquilo que resiste ser descortinado.

A análise institucional é contemporânea a outras práticas análogas: uma mais difundida nos saberes e práticas artísticas: a crítica institucional; e outra mais difundida na sociologia, na história e na antropologia: as teorias ‘de’ ou descoloniais. Crítica e análise institucional têm, em parte, uma genealogia comum - a teoria crítica, e procuram provocar efeitos comuns: a análise das formações de poder, do que oprime, e a busca pela transformação das instituições derruindo aquilo que se cristaliza, que se institui como imutável. Então, a análise institucional, assim como a crítica e a de(s)colonialidade, todas procuram fomentar as capacidades inventivas da produção social a partir dos diversos modos de existência. Além disso, a análise elabora a centralidade dos processos criativos - e da estética - na sua forma de produção.

Oswaldo Saidón, psicanalista argentino que viveu por 10 anos no Brasil, nos conta um pouco do contexto de surgimento dessas práticas. Ele se tornou um dos multiplicadores da análise institucional e declarou em um dos encontros do Instituto Brasileiro de Psicanálise (IBRAPSI), em 1982:

Num determinado momento, diversos profissionais das classes médias, juntamente com vastos setores das mesmas, com sólida formação cultural, que não teriam por si mesmos o menor acesso ao poder, uniram-se num movimento popular massivo. Isso os levou a repensar socialmente sua própria prática. (Saidón, 1984: 34)²

Repensar socialmente a prática era um movimento contra a dominância da técnica, no caso das práticas psiquiátricas e clínicas, e contra a direção dada pelo Estado (e pelo poder centralizado) a essas práticas - deveras sistemática, familialista, generalista, alienante. Repensar socialmente a prática

dependia de articulações coletivas, vivenciais, cotidianas, políticas. E é isso que faz dessa ferramenta algo tão interessante e tão movente: as conexões afetivas e a abertura à produção do desejo. A produção de desejo só é possível mediante uma articulação especulativa que seja capaz de acolher o potencial inventivo de uma coletividade, e que responda às suas necessidades.

Quando persigo essas linhas produtivas, o faço muito na cola de Félix Guattari (1933-1992), filósofo, psicanalista e pesquisador incansável que atuou junto a Jean Oury (1924-2014) na Clínica La Borde, no interior da França (a clínica foi inaugurada em 1951, Guattari ingressou em 1955). Guattari também é conhecido por ter sido dupla de Gilles Deleuze (1925-1995) em obras referenciais como o *Anti-Édipo* (1972) e *Mil Platôs* (1980), desenhando toda esquizoanálise³. O conceito “análise institucional” surge a partir da prática de psicoterapia institucional, no contexto do GTPSI – o Grupo de Trabalho de Psicoterapia e Socioterapia Institucional, na França, que existiu entre 1960 e 1966⁴. A produção de Guattari parte de uma articulação heterogênea, e se desdobra a pensar infinitamente a importância da criatividade nos processos coletivos, na saúde mental, na subjetivação coletiva. *Caosmose* (1992), sua última obra, traduzida ao português no mesmo ano da publicação na França, ainda carece de ser melhor absorvida pela historiografia crítica das artes e oferece uma reflexão sobre a criatividade que contribui na produção artística e estética⁵.

Uma das singularidades da análise institucional é sua articulação com o conceito de inconsciente, visto que é um desdobramento da escola da psiquiatria institucional a partir de François Tosquelles. Tosquelles foi um psiquiatra catalão (1912-1994) que teve que fugir da Espanha franquista e que inaugurou um experimento referencial para a psiquiatria institucional na Clínica de Saint Alban, no interior da França. Incorporando a concepção do inconsciente freudiano, a análise do poder a partir da análise institucional focou naquilo que se coloca como não analisável. Seu objetivo é trabalhar em favor de uma análise militante que possa lutar contra os diversos

silenciamentos produzidos nas diversas práticas sociais. Esse caminho é impreciso, e depende da imersão, ou implicação, no procedimento de análise. No caso da instituição psiquiátrica, por exemplo, chegou-se, via análise, ao silenciamento das opressões e na produção do estigma da loucura que era localizada no corpo daquele que sofre o sofrimento psíquico. Ao analisar o não analisável (teria a loucura em algum momento sido colocada como não analisável?), a matéria da loucura assume ser uma produção social, portanto, dependente de um agenciamento coletivo e de diversos agenciamentos institucionais. O que passa ao divã, literalmente, é a própria instituição psiquiátrica, os poderes (e os controles) que ela produz.

Sabemos que a produção artística vai passar por um escrutínio similar, desde Marcel Duchamp e de muitos atores sociais antes e depois dele, quando se descortinam os modelos de institucionalização (e para alguns de legitimação) de determinados estilos, obras, maneirismos, e mercados. O que se abre a cada questionamento é: qual o sentido da prática? E qual o sentido da prática artística? Mas também de sua história, de sua pedagogia, de sua fruição? No evento da análise, ou da crítica, se pode prestar atenção a essas questões a fim de apresentar a forma como se articulam coletividades e instituições, assim como se as formas de sistematização da arte respeitam a fluidez dos desejos e da criação.

Após mais de 50 anos da organização e da invenção da análise institucional no contexto europeu e latino-americano, podemos hoje conferir como determinados maneirismos institucionais que permaneceram por muito tempo não analisados passaram, finalmente, à categoria de problemas (como a instituição da polícia, para citar um exemplo). Elevar ou mover à categoria de problema aspectos não analisados de uma prática é um trabalho de movimento – gerar transporte, gerar passagem, atizar margens, reivindicar estrangeirices. Nesse sentido, acirrar uma proximidade entre análise institucional e práticas artísticas, por exemplo, é um exercício de levantar problemas sobre o que fora relegado à margem: mas não sobre ‘aquilo’ e sim sobre os modos de relegar à margem. Ou seja, se, no contexto da arte os

protagonismos indígenas e afro-brasileiros foram durante décadas categorizados no lugar do outro social, a crítica racial e étnica às branquitudes se torna uma intervenção analítica, que vem explicitar os modos pelos quais institucionalidades cristalizaram tanto narrativas quanto estéticas nas formas de ver e fazer arte.

A história da análise é vasta, e em parte ainda circunscrita a alguns cursos universitários, como a psicologia social e a saúde coletiva e da família, a cursos livres e experimentos institucionais no campo da Psiquiatria. Olhando para a história da análise institucional, podemos perceber o que essa ferramenta tem a contribuir – ainda e muito – nas práticas estéticas, artísticas, tanto nas auto-organizadas como nas institucionais, e de pesquisa. A beleza de estudar a história de uma prática e de um conceito me faz pensar na vida de um conceito, no seu desenvolvimento a partir das vidas que o demandaram, que o ‘semiotizaram’, para usar um conceito caro a Guattari presente em toda sua obra, entre elas “O Inconsciente Maquínico”, de 1989.

Os modos de alienação e coerção do indivíduo, tema que se acentua com o aumento das formas de exploração do capitalismo contemporâneo, são um motor das práticas de análise, demarcando a triangulação estética – clínica – política que desenha a esquizoanálise. Guattari endereçou sua produção sempre como análise crítica às diversas formas como a sociedade vai perdendo sua capacidade de agenciamento coletivo, em detrimento das forças de uma mega-máquina de produção. “O ideal do Capital não é mais se preocupar com indivíduos dotados de paixões, capazes de ambiguidade, hesitação e recusa, bem como de entusiasmo, mas exclusivamente criar robôs humanos” (Guattari, 2009: 262). E segue:

O capitalismo avassala indivíduos a partir de dentro. A alienação por meio de imagens e ideias é apenas um aspecto de um sistema geral de escravidão de seus modos fundamentais de semiotização, tanto individual quanto coletiva. Os indivíduos são "equipados" com modos de percepção ou normalização do desejo, assim como o são com fábricas, escolas e territórios. (*Ibidem*)

Tal como disse René Lourau, que toda análise institucional encontra necessariamente o Estado⁶, há um único território comum remanescente, o do capital, fazendo emplacar uma única crença remanescente, o dinheiro. Com os pés fincados nesse mapeamento constante dos diversos processos de desterritorialização forçados pela mega-máquina de produção se desenrolam os mais variados dispositivos analíticos – e produtivos. Em *Três Ecologias*, obra de referência anterior a *Caosmose*, Guattari escreve:

Em todas as escalas individuais e coletivas, naquilo que concerne tanto à vida cotidiana enquanto reinvenção da democracia – no registro do urbanismo, da criação artística, do esporte etc. – trata-se, cada vez, de se debruçar sobre o que poderiam ser os dispositivos de produção de subjetividade, indo no sentido de uma re-singularização individual e/ou coletiva, ao invés de ir no sentido de uma usinagem pela mídia, sinônimo de desolação e desespero. (1990: 15)

A valorização de uma capacidade de produção de sentido da vida por fora dessa desolação e desespero pôde acontecer, na proposta dessa geração, pela reorganização da sociedade em diversas formas de aliança e na crítica direta às instituições. A valorização das grupalidades, das formas territorializadas das culturas, do olhar como o do selvagem, alimenta uma mobilização que se concentrará ‘debaixo’ e por meio de uma noção de grupo. Nesse sentido, se confundem e intercambiam de lugar os institucionalismos e os grupalismos. Mas, seria o “grupo: [um] lugar de intercâmbio ou dispositivo de poder?”, perguntou Saidón (1984: 100) em uma das mediações do encontro do IBRAPSI, supracitado. Seria o grupo um dispositivo produtivo? De que forma?

Uma das possibilidades políticas e, por conseguinte, moventes, da análise institucional será, a partir de uma dada formação institucional ou grupal, libertar a criatividade de um grupo, intervindo no que se cristaliza e provocando inaugurar instituintes, aquilo mesmo que, como comentamos acima, é a *produção de sentido de uma prática*. Abrir espaço para a produção a

partir da liberdade de grupo é um procedimento de invenção, mas também de destruição, rasura ou ruptura. Evidentemente que os grupos não estão sempre condicionados às instituições, e o desenrolar entre grupalidades e institucionalidades tensiona quando se produzem programas, diretivas, diagramas deveras fechados ou previsíveis para o acontecimento ou funcionamento dos grupos (Rodrigues, 2004). O ganho da análise institucional, e da transversalidade, como veremos adiante, é o de poder dimensionar as práticas grupais que são motor de desejos, de ações, *por dentro* das práticas institucionais, por meio da auto-gestão, e não como resultado de técnicas redutíveis ou prescritíveis. Assim, os efeitos serão imprevisíveis. Para isso, é necessário questionar os agenciamentos analisadores, a todo o tempo, em função de seus efeitos sobre os dados analíticos. Não escapando a essa plasticidade geral dos agenciamentos, os “analisadores” não se apresentam como dispositivos preestabelecidos, e serão estabelecidos em cada agenciamento⁷.

Na história e nas práticas da análise institucional no Brasil, se produziram inúmeras iniciativas que deram conta das transformações institucionais (e grupais) necessárias, tais como a luta pela reforma psiquiátrica, pela desmilitarização da polícia, as oficinas de criação nas instituições psiquiátricas. Na maquinação do que precisava - e ainda precisa - ser analisado encontramos a invenção de uma série de mecanismos capazes de reverter práticas colonialistas e privilégios históricos, os quais violam direitos humanos básicos. A política de cotas e as ações afirmativas, que vieram se constituindo ao longo dos anos 2000, por exemplo, são uma das transformações institucionais que decorrem dos empreendimentos de análise e das lutas antirracistas situadas.

As formas de aliançar, de tramar, de associar por meio da axiomática de um sistema de produção que não para de segregar se tornam, assim, ferramentas potentes para articular - por outro modo - a produção do desejo. Por fora das sistemáticas sociais que programam modos de funcionamento, em busca de uma produtividade social assegurada (e deveras falaciosa), podemos ver, diferentemente, como a produção do desejo se torna uma

prática especulativa e produtiva. Como ela projeta diagramas abertos, incompletos. E como esta articulação “teórico-epistemológica-institucional” (Saidón, 1984: 37) que se torna a análise institucional não separa os modos de vida e seus artefatos, não separa conteúdo de expressão, e incorpora, por isso mesmo, a estética como um saber produtivo nessas invenções. A prática especulativa será aquela que inaugura espaços para pensar o que parecia impensável (o “inconsciente institucional”) – e mesmo humildemente tirar do sufoco aquilo que pede passagem, por mínimo que seja. Essa prática se anima por diagramas gerativos, e não icônicos. Para olhar como os diagramas podem ser gerativos, referencio neste artigo a produção de Ricardo Basbaum, a partir de sua obra artística e de sua produção ‘verbi-visual’ e teórica, com seus diagramas e em obras como “Além da pureza visual” (2007), ao que retorno adiante neste texto.

Um devaneio antes de seguir: a crítica institucional a partir do norte global, no Brasil e seus efeitos

A crítica institucional é uma pragmática que tem um surgimento comum na base francesa da socioanálise, tendo Pierre Bourdieu (sociólogo francês, 1930-2002) como um dos embaixadores a nutrir o debate na área da produção cultural. Esta genealogia, ou caminho, contudo, não é nada linear – até que o conceito salte no futuro e refaça sua genealogia, desenrolaram-se décadas, o que depende dos atores no empreendimento. Se pode traçar, entre muitos caminhos, como Andrea Fraser (artista norte-americana, nascida em 1965) se tornou no contexto das artes uma das autoras expoentes na mobilização da crítica a partir dos anos 1990, atualizando o legado de Bordieau; e como sua crítica e a instituição da crítica chegaram ao Brasil. Mas também se deve situar essa ferramenta a partir do nosso próprio lugar, reconhecer a importância de trabalhos críticos, de artistas que se deslocavam no contexto, que alinhavam produção poética e discursiva, tal como Ricardo Basbaum

– que diagrama um sem-número de “análises do circuito”, formando mais de uma geração numa espécie de crítica institucional *à lá* brasileira. Neste sentido, torna-se importante entender de que forma já temos, também, uma prática de crítica institucional no Brasil, assumindo várias formas, conceitos, desenhando diversas ações e ações institucionais, uma diversidade que também assume que há muitas formas de narrar ou cartografar os percursos da crítica institucional na arte contemporânea brasileira, seus cruzamentos e seus efeitos.

A partir do norte global, se pode pontuar que a crítica institucional tenha tido início na obra de diversos artistas homens, entre eles Haans Haacke (artista alemão, nascido em 1936, que vive em Nova Iorque) e Michael Asher (1943-2012), os quais “examinaram o condicionamento de sua própria atividade pelos marcos ideológico e econômico do museu, com o propósito de escapar de tal condicionamento” (Holmes, 2007: 2), e como forma de, ainda que focando sua ação nesta instituição, nutrir o aquecimento das bordas, a transformação do contexto. Benjamin Buchloh (1941 -), historiador e crítico, analisa a produção dessa geração datando entre 1962 e 1969 a persistência em uma tautologia, que se pode pensar como uma das técnicas de intervenção da arte conceitual e da referencialidade aos elementos contextuais como forma de sacudir um determinismo estrutural. Os deslocamentos provocados nesse momento, a exemplo das obras de Robert Smithson e Gordon Matta-Clark, tensionam um olhar ainda iluminista da missão do museu a ser recuperada do jogo nefasto do Estado e dos mercados...

A segunda fase daquela crítica institucional começa com uma complexificação da análise material: ela incorpora uma crítica colonial, analisa o surgimento da instituição museológica e a construção do “outro” antropológico. Brian Holmes (historiador e crítico canadense), afirma que o burburinho das lutas feministas e da historiografia pós-colonial (2007: 3) tenha influenciado essa onda. E também uma análise das ambiguidades do poder por dentro dos sujeitos, “promovendo uma sensibilidade íntima

da coexistência de múltiplos modos de vetores de representação” (*Ibidem*). De certa forma, esses intentos ainda estavam estruturalmente ligados ao museu. A análise discursiva não produzia outros espaços, ou heterotopias. Andrea Fraser (2014) expõe em “O que é a Crítica Institucional?” (2005) que é preciso preservar a relação com o conceito de site, “a especificidade do site criticamente reflexiva”, ocupando-se do site como espaço social, visto que são “conjuntos estruturados de relações que são fundamentalmente relações sociais” (Fraser, 2014: 1). “As intenções transformadoras visam (...) sobretudo formas de dominação operando em seu campo de trabalho imediato” (*Ibidem*: 2). A participação “de forma consciente” aproxima, para ela, a crítica institucional da psicanálise; o que se assemelha ao conceito de implicação da análise institucional. Mas essa implicação parece que reproduz uma espécie de isolamento, ou alienação institucional dentro de si mesmo: “nós somos a instituição de arte, o objeto de nossas críticas, de nossos ataques, está sempre dentro de nós” (*Ibidem*: 3). Holmes vê negativamente essa onda, que deveras interioriza uma crítica sem antagonizar, e reproduz por isso um certo “masoquismo auto-serviçal” com a “instituição da crítica”⁸. Prestando a atenção em todos os espaços, instituições e conceitos, parece que estamos navegando ao redor de uma versão não muito diferente do que veremos nas lutas anti-institucionais e anti-manicomiais e na crítica aos saberes acadêmicos, mas é, na verdade, numa terceira onda dessa crítica que parece que encontramos mais semelhança com as práticas sociais (e grupais) na linhagem latina, ao que volto mais adiante.

Por muitos caminhos se pode afirmar e negar como a crítica institucional anglo-saxã ajudou a formar uma onda contemporânea no Brasil, nutrindo práticas abaixo da linha do Equador. Contudo, podemos partir da desconfiança inicial da diferença entre contextos, visto que, por um lado, tanto as estruturas museais e mercadológicas do Norte Global não encontravam aqui qualquer referencial equivalente, quanto a pluralidade das manifestações culturais e do papel da arte no cotidiano são diferentes

aqui e lá. Seria colonialista afirmar que o desenvolvimento de práticas de crítica institucional no Brasil fora possível unicamente a partir da experiência anglo-saxã⁹, assim como seria colonialista afirmar que foi a corrente francesa que informou e estruturou as práticas de análise institucional no sul do mundo. É preciso se agarrar ao estranhamento e às genealogias heterogêneas que conformam as práticas que nos cercam. Afirmar a transitoriedade desses saberes e práticas pode acontecer junto de um reconhecimento das conexões afetivas, de modos de vida situados e partilhados, de alianças e amizades - o que se conheceu também como ‘giro afetivo’ na América Latina nos anos 2000, um fortalecimento das alianças de amizade, acolhida e proteção que nos faz pensar no surgimento da solidariedade no momento do recrudescimento ao controle com as ditaduras latino-americanas, por conta da migração e do exílio.

Na análise de Brian Holmes (2007), em “Investigações extra-disciplinares” encontramos uma tese comum, que ancora minha pesquisa. A de que a terceira onda da crítica institucional, ou a onda atual, seria a mais “parecida” com a análise institucional, sobretudo em como se encontra ativada pelo conceito de transversalidade, derivativo de uma primeira versão da análise institucional. Isso depende também da remobilização de certos registros cruciais para a pesquisa militante, ou pesquisa transformativa, e dos agenciamentos coletivos a partir de grupos e plataformas nos anos 1990 e 2000, tais como *Transform*¹⁰ e grupos feministas na Espanha (*Precarias a la Deriva*, entre outros¹¹). Este momento é também, na Europa, o dos cortes no financiamento público para a formação universitária.

A pesquisa do *Arquivo de emergência*¹² surgiu, de certa forma, animada pelas práticas de crítica institucional. Naquele momento, o conceito de análise institucional ou de transversalidade flutuavam em meio a minhas leituras da filosofia da diferença, e os “mapas de forças”, uma imagem bastante foucaultiana, já vinham sendo desenhados. Procurava trazer para o arquivo trabalhos de artistas e grupos que fomentassem uma prática capaz de dar conta de um debate sobre a produção artística em suas dinâmicas

de produção, tanto as criadas para ambientes institucionais (como museus, galerias e centros culturais), como aquelas que criavam ou mobilizavam contexto para acontecerem – as ruas, os centros sociais, o transporte público, as aldeias, as favelas, a praia, e mais¹³. Não me preocupo por hora em demarcar como a partir do Arquivo eu realizava um empreendimento de crítica institucional, algo que discuti em outros textos. As leituras e a experimentação com o contexto da análise institucional, que desenha procedimentos de passagem, de transversalidade, chegou depois em minha produção, com elementos de diferenciação e singularização que acolhem, por sua vez, uma miríade de efeitos imprevistos, e mesmo desviam de uma objetividade intrinsecamente artística, permitindo a criação de agenciamentos múltiplos, artístico-analítico-políticos, e mais.

Dispositivos heterogêneos: a análise institucional

Na deriva dessa genealogia da análise institucional, passando pela crítica institucional anglo-saxã, podemos perceber como há uma experimentação que força um contexto pós-estruturalista. Se trata de uma aposta na heterogeneidade, no encontro de campos de produção de conhecimento que produz um encontro de experiências e desejos procurando furar o determinismo de certas formas tecnocráticas. A análise institucional logo se transforma em “transversalidade” (Guattari), como forma de combater o aspecto molar que reside no conceito (o encerramento no espaço institucional total), assim como forma de fazer mover o procedimento de análise e produção, valorizando saberes que se afirmam em estado de passagem, de um lado a outro, aumentando a conectividade e inaugurando outras formas de produtividade social. A transversalidade surge como conceito para criar intervenções ou atravessamentos diferentemente em práticas distintas e campos do conhecimento. “Assim, não mais existe o desejo, mas ‘singularidades desejanter’ decorrentes de uma multiplicidade

de ‘agenciamentos coletivos de enunciação’” (Rodrigues, 2004: 20). Se atijam as noções de molar e molecular, e, se pode ativar conectividades de várias escalas, de onde insurgem falas autênticas capazes da produção de “cortes” institucionais¹⁴.

Regina Benevides de Barros, pesquisadora de grupos e cuja tese (*Grupos: a afirmação de um simulacro*, 1999) é referencial para o tema no Brasil, escreve que o conceito de transversalidade (de 1964), propõe a natureza da constituição da subjetividade como política e social. Guattari percebe que há, nessa passagem entre molar e molecular, um ‘coeficiente de transversalidade’ (Guattari, 1986), que se abre, se amplia, aquece as linhas compositivas, ou se fecha, se despotencializa. Esse coeficiente “depende de um maior ou menor contato com as condições de produção, de fala e de decisão”, seguindo:

A análise do grupo se situa aquém e além dos problemas de ajustamento de papéis, de transmissão de informações. Buscam-se focos onde se possam inventar novos sentidos, novas falas que se articulem às cadeias do discurso histórico, estético etc. (Benevides de Barros, 2009: 113)

O sentido especulativo, diagramático, inventivo, está aqui desenhado. E ele cresce à medida que se fazem conexões inéditas, naquilo que parecia que nem poderia conectar-se. Naquele momento, no meio dos anos 1960, surgem dois grupos de pesquisa orientados a fomentar espaços inéditos e pensar a formação no contexto das universidades e a pragmática social de determinadas áreas e práticas: primeiramente a Federação de Estudos Institucionais e Grupos de Pesquisa – FGERI, e depois o Centro de Estudos Institucionais, Pesquisa e Treinamento – CERFI. Grupos absolutamente heterogêneos e que procuravam romper os determinismos sobre cada especialidade.

Reunindo urbanistas, psicoterapeutas, educadores e sociólogos, a pesquisa produzida pelo CERFI sob a égide de Félix Guattari trouxe um entendimento do cuidado com a saúde que era inseparável do pensamento urbano e da cidade, em termos médicos, arquitetônicos e (mais amplamente) sociais e políticos. (Caló; Pereira, 2017: 1)¹⁵

Politizar a pesquisa, e inclusive o que Guattari chamava de “pesquisa da pesquisa” demarcava a procura de uma ferramenta que pudesse ser transversal e permitisse aventar aquele sentido da prática: a recuperação de um estado analítico e criativo que pudesse reconstruir diversas pragmáticas sociais. A pesquisa apresentava, assim, um potencial não apenas analítico, mas também especulativo: uma abertura de caminhos, de onde vemos que a pesquisa como cartografia é inventiva (Passos; Escócia; Kastrup, 2009), ela produz seu próprio território¹⁶. A “revolução molecular” (1987), conceito inventado por Guattari, não aconteceria então de forma totalizante, mas seria possível a partir de problemáticas determinadas. E a capacidade de fazer mover essas problemáticas estaria em sintonia com “quais semióticas corporais, icônicas, de linguagem, quais encodificações maquínicas, representações de sistema de valor, estão agenciadas para engendrarem um fato subjetivo” (Guattari e Rolnik, 1986: 241). A pesquisa do contexto se associava a uma experimentação dos ‘componentes de passagem’, podendo adquirir “tanto uma capacidade de eficiência intersemiótica quanto de ineficiência de passagem, e isso, exatamente, em função dos sistemas que as agenciam” (*Idem*). A forma de operar esses componentes não acontece, evidentemente, como uma interpretação de dados. Ela se dirige para o espaço da variabilidade, do acontecimento inacabado.

Um experimento com diagramas

Em 2017, de volta ao Brasil depois de concluído meu doutorado no exterior, Fernanda Pequeno, professora da UERJ, curadora e historiadora de arte, convidou-me para integrar uma exposição no Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica (CMAHO) (Rio de Janeiro). Em “Painéis de Pressão também sibilam” queria explicitar a produção artística da UERJ no momento em que a universidade enfrentava uma crise provocada pelos cortes

no financiamento público. O corte dos repasses de verba, muito abaixo do estipulado legalmente, acarretava o não pagamento dos salários dos professores e funcionários públicos, no não cumprimento do contrato com várias empresas terceirizadas, assim como o corte e o cancelamento de um sem-número de bolsas de pesquisa, fechamento de departamentos, ateliês, laboratórios e sucateamento e demissão em massa dos funcionários do hospital da universidade (Hospital Pedro Ernesto)¹⁷. O corte, que significava também provocar uma crise¹⁸, de modo que se tornasse impossível manter a universidade funcionando, colocava realmente a universidade a perigo de fechar, o que aconteceu diversas vezes, também como um estado de greve geral, de denúncia.

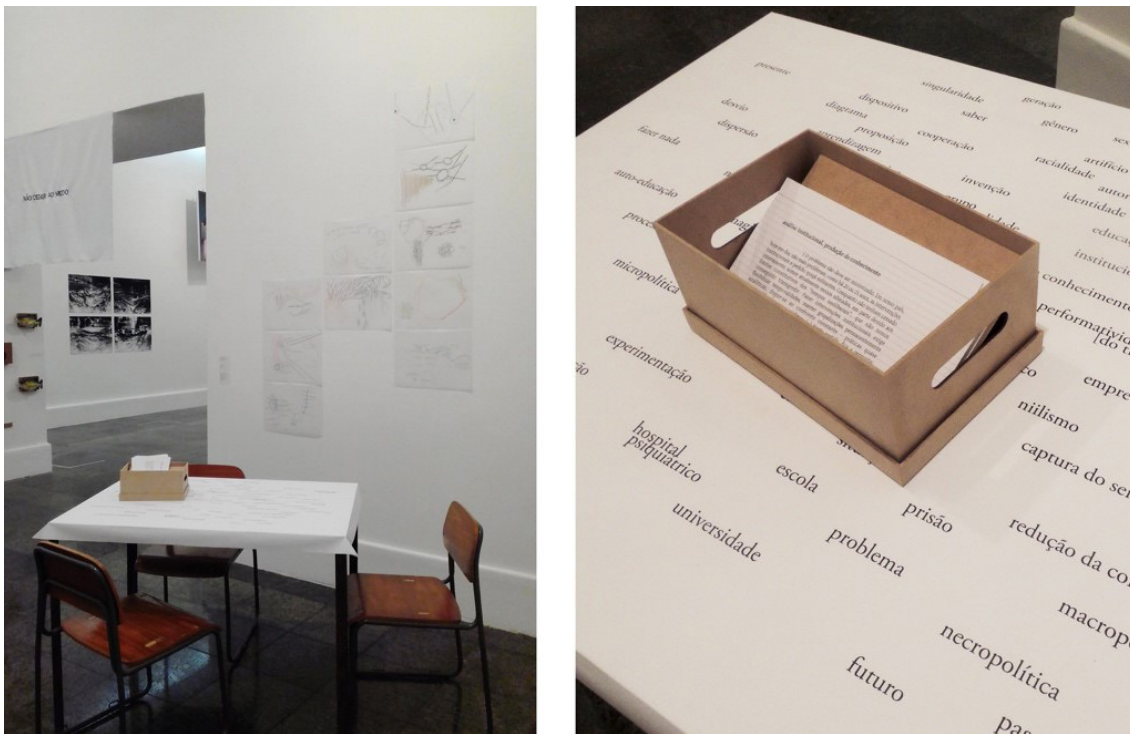
Como eu fiz mestrado na UERJ (concluí em 2008) e depois do mestrado tinha sido professora substituta por um ano (2010-2011), eu tinha intimidade com aquela instituição, e acompanhava de longe o ‘Fórum do Instituto de Artes’, um espaço assemblear que discutia a situação da universidade e acolhia as experiências das pessoas naqueles anos difíceis. Conversar a partir da situação da UERJ foi uma forma de participar daquele momento político; e conhecer suas vivências naquele momento de crise provocada.

Com o convite de Fernanda Pequeno, eu resolvi colocar em prática um experimento dialógico a partir de um diagrama que eu vinha trabalhando há anos em minha pesquisa de doutorado e que chamo de “proto-diagrama” [Fig. 1], realizando o projeto “Mapas para Análise Institucional”. O diagrama reúne mais de 40 práticas e conceitos e funciona como um incitador de percursos, de diagramas pessoais ou coletivos que podem ser desenhados a partir das palavras. O grupo de palavras pode expor algumas contradições que perfazem as práticas artísticas contemporâneas no contexto do trabalho cognitivo, das lutas identitárias, da de(s)colonialidade e mais. “Performatividade do trabalho; imaginação política; cooperativismo; produção de conhecimento (...) crise, nihilismo, corporativismo, redução da complexidade, monolinguagem do capital” são alguns dos conceitos. Ao

desenhar a partir do proto-diagrama (e você pode usar a imagem disponível nesse artigo para desenhar o seu), não é necessário usar todos os termos, mas criar sua própria trajetória – seja ela passada, presente ou futura. Nesse sentido, o diagrama é projetivo, é especulativo.



FIG. 1. . Cristina Ribas, Proto-diagrama, 2014-2017. Fonte: Arquivo da artista.



FIGS. 2-3. . Cristina Ribas, Mapas para análise institucional, montagem completa com o proto-diagrama na mesa, as fichas na caixinha e os desenhos na parede. Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica, 2017. Fotografia da autora. Fonte: Arquivo da autora.

Com a carga acumulada na pesquisa do doutorado, eu tinha muita vontade de trocar com pessoas que atuam na produção artística sobre relações possíveis e atuais entre análise institucional e artes. Para participar da exposição criei então os “Mapas para Análise Institucional” [Figs.2-3], e chamei para compor comigo A Economista, uma personagem que eu havia ativado em outros projetos de arte, e cuja biografia ficcional coincide em parte com a minha. A Economista funciona(va) como uma espécie de agente de ativação mas também de intervenção. Ela tem capacidade de lidar com questões materiais de uma forma mais objetiva. Para conversar (e desenhar), convidei Ricardo Basbaum, Maria Moreira – ambos professores da UERJ, Lucas Icó, Maya Inbar – ex-alunos, e a própria curadora Fernanda Pequeno – também professora da UERJ¹⁹. Para compor com o proto-diagrama selecionei

uma grande quantidade de citações de livros de referência sobre análise institucional, que depois ficaram disponíveis para consulta na montagem do trabalho no Centro Municipal de Arte Hélio Oiticica e eu e a Economista concebemos quatro perguntas (ou gestos) a partir da noção de ‘analisador’. Conversamos e desenhamos sempre em duplas. Cada encontro acontecia à sua própria forma, era guiado pela lógica do encontro, pelas conversas que alinhavavam nossa relação e por elementos ‘disparadores’ do desenho. As quatro perguntas preparadas pela Economista solicitavam a escolha de um elemento analisador, uma das quais reproduzo aqui abaixo:

Perguntas da Economista

A análise institucional é um dispositivo para derrubar a ideia de que há assuntos, fatos, eventos, pessoas, opressões não analisáveis. A análise institucional quer lutar contra silenciamentos que podem ser produzidos no engendramento produção de subjetividade ~ institucionalidade. Um ~analisador~ é um elemento escolhido para realizar uma análise. Observando o espaço em que estamos sentados e essa situação configurada entre conversa e cartografia, você poderia selecionar um ~analisador~ para começar a cartografia?

Como a análise é uma ferramenta que funciona para pensar e repensar uma prática, e ainda, uma prática institucional, ela se tornava nesse projeto mais uma forma de trocar sobre o que estava acontecendo na universidade e sobre as estratégias coletivas que vinham sendo produzidas em meio à crise. O que não estava dado, ainda, era a relação entre desenho e análise institucional. Nos estudos da subjetividade, as cartografias, que são uma forma de pensar imagetivamente a clínica, e a subjetivação coletiva, sugerem a produção de imagens, contudo, não são todos os processos coletivos de análise que geram imagens literalmente desenhadas. O experimento compunha-se,

portanto, de um experimento também com o desenho [Fig. 4] – em como o desenho “começaria” ou como “entraria” na conversa, isto é, como o desenho se faria presente como elemento afetante no mesmo momento em que desdenhávamos uma conversa amiga. Conversávamos que os desenhos pudessem aparecer à medida que sentíamos a necessidade de anotar forças, movimentos, gestos, palavras e expressões importantes. Mostrar um(a) para o(a) outro(a) matérias e fluxos. Não usávamos o mesmo papel, a menos que quiséssemos. O proto-diagrama não chegou a ser usado diretamente – mas seus termos fluíam em nossas conversas. Todos os desenhos eram feitos em papel vegetal. Em parte, para que se pudesse colocar o papel por cima do proto-diagrama, e em parte para facilitar uma espécie de “decalque” de um desenho a outro. Depois das conversas e com os desenhos das conversas em baixo do braço eu comecei a desenhar com e sobre eles, capturando alguns gestos como uma memória daquela troca, daqueles afetos. Na exposição no CMAHO eu expus não os desenhos “originais”, mas esses novos desenhos, derivados, e que eventualmente funcionam mais como uma espécie de diagrama daqueles primeiros.

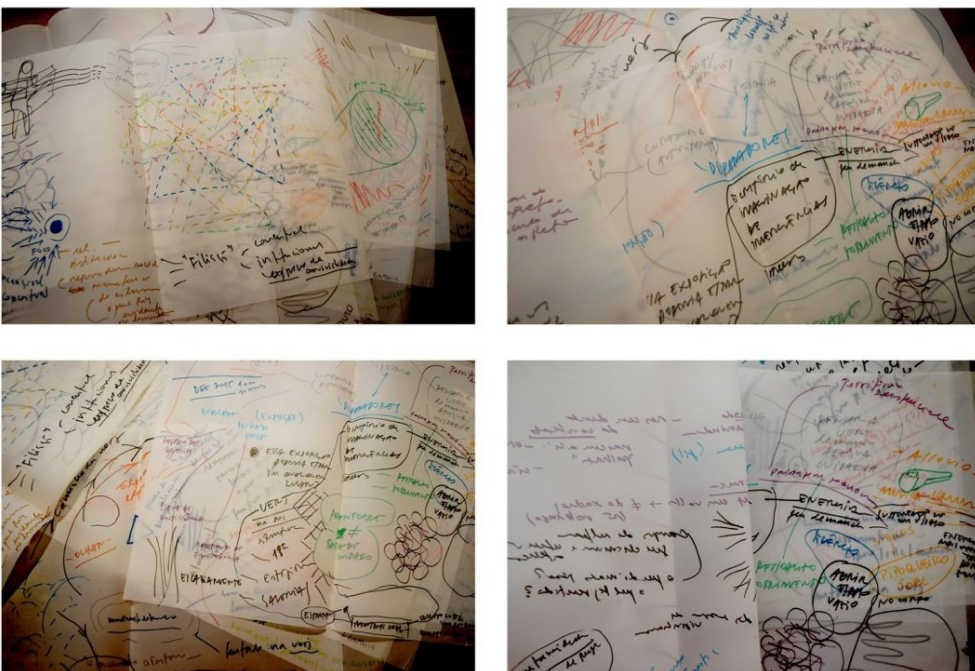


FIG. 4. Cristina Ribas e participantes, Desenhos das conversas do *Mapas para Análise Institucional*, 2017. Todos em 42 x 32 cm, papel vegetal, caneta hidrográfica. Fotografias da autora. Fonte: Arquivo da autora.



FIG. 5. Cristina Ribas e participantes, Mapas para análise institucional, desenhos colados na parede da galeria, 2017. 42 x 32 cada, papel vegetal e caneta hidrográfica. Fotografias da autora. Fonte: Arquivo da autora.

Voltei a desenhar na pesquisa do doutorado. Como maneira de concatenar conceitos, a diferença de língua (fiz doutorado em inglês), organizar o conhecimento sem ser na linearidade das leituras e das anotações, ou do planejamento de capítulos. E o conteúdo de minha pesquisa precisava de espacialidade. Eu precisava de mais signos, da aparição do movimento e dos fluxos para entender a literatura com a qual me envolvia mais e mais. Literatura que era lida com transformações. Assim, de certa forma, procurava uma forma de espacializar o pensamento, ou “produzir

espaço”, visto que o espaço não pode ser tomado como preexistente, mas como algo produzido. Além disso, desenhando, eu sentia que recompunha com formas de elaborar imagens, já que eu vinha de uma imersão em uma produção discursiva e na articulação de projetos em arte que me colocavam mais no lugar de organizadora do que artista. Eu sentia falta de encontrar meu próprio gesto expressivo, que compusesse com as derivas nas quais a própria pesquisa estivesse investida.

Os desenhos que surgiram com as conversas dos “Mapas para análise institucional” apresentam meu próprio gesto misturado aos gestos dos convidados [Fig. 5]. Ao escolher analisadores (foi assim que começamos a maioria das conversas) se desdobrava em procedimento basbaumnesco: caligrafia “verbi-visual” ou diagrama funcional, ou... em busca de colocar em funcionamento o próprio experimento. Cada uma das folhas em papel vegetal A3 desenhada com canetinha hidrográfica colorida é uma riqueza de informação, emoções, percepções, afetos, traços, formas, marcando caminhos distintos, marcando a singularidade de cada encontro. Um encontro em um café, dois na própria UERJ, dois na galeria da exposição nos dias da montagem.

Começar a conversar é também balbuciar. Tatear a experiência deles, de forma a produzir uma intimidade sobre aquele tema e, em alguns casos, atualizar uma conversa que não aconteceu em anos. Apareceram a experiência do dia a dia numa instituição que não podia mais realizar suas atividades de rotina como receber alunos, realizar as aulas, dar seguimento aos programas sociais, e que vinha acompanhando o sofrimento de servidores e professores sem salário, a precarização de suas vidas e de sua saúde²⁰. Os temas das conversas e dos desenhos variavam da acolhida aos alunos, da organização de um Fórum do Instituto de Artes, como espaço de escuta e organização (aquela auto-gestão que é motor da análise institucional), a mudança entre duas instituições (que era o caso de um dos conversadores), e a preservação de um certo movimento de fluidez entre espaços ‘molares’. Também a experiência de relacionar três espaços – e a movimentação de

uma triangulação entre UERJ, Aldeia Maracanã e Mangueira, a vibração desse deslocamento que estria a relação, aproxima e mesmo confunde as separações objetivistas entre os mesmos. Ou ainda afetar-se por um contexto de extremo controle social, como a ditadura, e observar a vitalidade (e a radicalidade) de um grupo como DZI Croquetes, relembrar aquele tempo, procurar essa capacidade hoje. Tatear as coisas pelo bem pequeno, pelo conectivo, percepção de filigranas. Ou ainda sentir a presença da morte, o sofrimento psíquico distribuído, o Brasil pós-golpe, associar os corpos que caíam das Torres Gêmeas e com os corpos que se largam do alto dos prédios da UERJ. De que morte estamos falando? Fins ‘mesmo’, e as mortes ‘simbólicas’. E veio também o esgotamento, a energia que demanda sustentar um espaço (a manutenção de territórios existenciais?), uma sensação ‘sem saída’, dos ‘planos de contingência’ aos ‘escritórios de imaginação de emergências’ (reais, fictícios?). Abrir um espaço vazio no corpo, poder se liberar, nem que seja momentaneamente, se desocupar daqueles afetos. Em um deles se lê ‘um mapa concentra as comunidades de vizinhança’, um ‘nascer ali’ e ‘ser olhado com afeto’, mais adiante ‘nomear o que é relevante’, ‘entender o fluxo das nossas vizinhanças’.

Os desenhos das primeiras conversas, que funcionam como diagrama de tensões, mas também como anotação textual e sempre rascunho, sempre inacabado, foram depois matéria para seguir desenhando. Expus dez desenhos derivados das cinco conversas [Figs. 4 e 5]. Também em papel vegetal, brincam com a transparência e um desenho suave, que não se sabe se aparece ou desaparece. Preservavam os fluxos, e contém muito poucas palavras. Adicionei também três diagramas que eu havia desenvolvido durante o doutorado: um sobre a relação entre dinamização, ou agitação (molecular, acontecimental) e o que ainda não está significado; outro sobre uma espécie de aceleração, de produção e troca de energia; e a repetição de procedimentos, as redundâncias e uma tensão que aparece com a ruptura de significados.

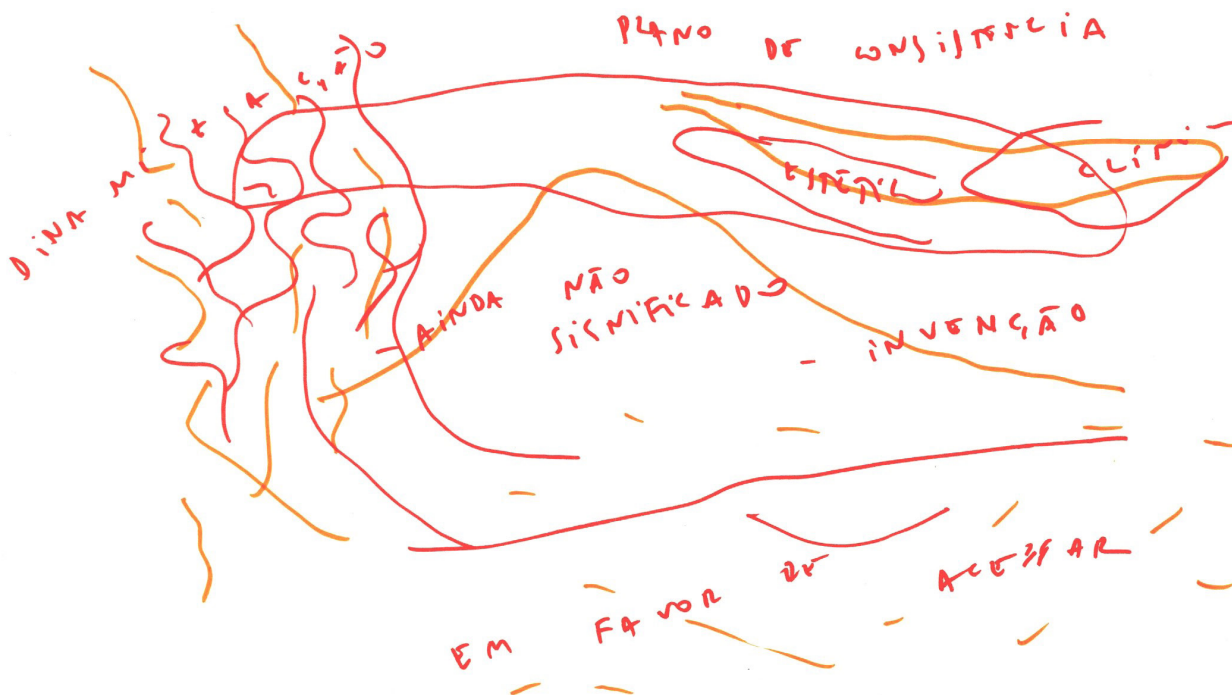


FIG. 6. Cristina Ribas, Diagrama (sem título), desenho sobre papel. 21 x 29,7 cm, 2016-2020.

Fonte: Arquivo da autora.

Na exposição as pessoas eram convidadas a desenhar. Mas isso praticamente não aconteceu. Eu não tinha condições materiais de estar presencialmente lá, apenas algumas vezes. Ficavam disponíveis as fichas para serem consultadas, a mesa com o proto-diagrama impresso e cobrindo toda ela, e os desenhos na parede. Como uma experiência visual a ser realizada a partir de cada um, e daqueles disparadores: desenho, diagrama, análise institucional, proto-diagrama, perguntas – e todos os demais que pudessem ser elencados pelo público.

Trocar sobre desenho e diagrama e convidar Ricardo Basbaum a ser

um dos interlocutores dessa experiência foi de certa forma um intento de alimentar um momento especial de troca a partir da produção de Basbaum, que é referência para meu trabalho. A conceituação de diagrama na obra e pesquisa de Ricardo Basbaum ancorou boa parte de minha pesquisa de doutorado, e, ainda que eu não tenha escrito naquela ocasião sobre diagramas, a pesquisa se debruçava mais sobre o conceito de cartografia, de certa forma análogo ao de diagrama na base comum conceitualizada por Deleuze e Guattari com a noção de “rizoma”. Os “diagramas transformativos” são trabalhados por Basbaum no livro que é fruto de sua dissertação de mestrado (2007), e em um livro maior, de 2017, que apresenta uma coleção gigante de seus diagramas.

Basbaum escreve que os diagramas não icônicos, diferente do que foi postulado por Charles Pierce, são aqueles que conectam, relacionam, mediam, mas não representam, nem são produzidos após ou para mostrar um processo acabado. Se o diagrama trata do funcionamento de algo (Basbaum, 2007: 61), aqui cabe pensá-los na pragmática da conversa e do desenho: “o movente do diagrama é o estado transformativo da experiência, enxergada na sua complexidade como ‘descontinuidades vigorosas’” (Perlonger *apud* Basbaum, 2007: 62). As descontinuidades vigorosas “expressam a consciência de que não existe uma ‘adequação natural’ na relação sujeito-objeto”, e “indicam uma trama a ser tecida, construída, articulada” (*Ibidem*: 49-50). O diagrama conversa então com a variabilidade²¹ que está dada em cada experiência. Os diagramas como objetos plasticamente construídos têm a possibilidade de apresentar mas de também serem motores do processo, e são, reversamente ao que se podia pensar, “capazes de operar sobre a matéria” (*Ibidem*: 68).

Realizar um experimento colocando o diagrama em uma experimentação coletiva e sem finalidade representativa, pensando o desenho no seu potencial especulativo, articulando o desenvolvimento discursivo, a memória das experiências e os possíveis, foi um experimento também com

“pontos de criação e desterritorialização” (Deleuze; Guattari *apud* Basbaum: 67). O desenho ou o diagrama que surge, ao passo que incorpora e dá matéria à conversa, projeta sensações e imagens que não estavam pré-formadas. Nesse ponto se pode pensar, como afirmam os autores de *Mil Platôs*, que estão em acontecimento “transformações diagramáticas” (Basbaum 2007, p.61-79), que também friccionam regimes de signos, articulando-se e compondo, ou desfazendo, significantes comuns e semiologias. Ao desenhar atentos para a singularidade do momento, inventando juntos o procedimento, se amplia a funcionalidade dos diagramas e também seu conteúdo analítico. Essa exploração processual da singularidade do encontro – a sua coletividade – aprende também da experiência de Guattari expressa em *Caosmose* (1992), “tudo aquilo que pode contribuir para a criação de uma relação autêntica com o outro” (Guattari, 1992: 17). Visto que não há um modelo de ações, a singularidade também corresponde à invenção de dispositivos – ou *assemblages*, e o diagrama ou o mapeamento, a partir do conceito de rizoma, torna-se “o mapeamento criativo de nossas conexões e potencialidades, um mapeamento que presta atenção às regiões de intensidade – a distribuição dos efeitos – e às trajetórias de futuras falhas, bem como àquelas já delimitadas continentes de representação e significação” (O’Sullivan, 2006: 36).

O diagrama desenha também as grupalidades que construímos com esse experimento, no desenho desses diagramas ou cartografias a partir de mapas diversos, em coletividades-em-dupla, e muito mais que a dupla. A coletividade produzida pelo experimento habitava uma tensão entre o pessoal e impessoal, apostando mais no balbúcio do instituinte do que numa estagnação e consolidação de discursos fixados, ou de coletividades totais, resolutivas. Como experimento de prática artística, anoto que as pragmáticas moventes são cruciais para combater as diversas formas de cristalização das práticas regulares, e o diagrama como conceito e como desenho produz, ou afeta, a estética em processos moleculares.

Tensões institucionais: grupo x instituição, e novos diagramas

Pensar grupos é pra mim uma espécie de paixão. Não grupos que querem durar para sempre, nem grupos que querem ser totalizantes, mas um tipo de grupo que fala dos afetos e de uma conectividade, que se vale muito da intuição, e das possibilidades criativas. Talvez porque eu tive experiências felizes de grupalidade, sejam elas da ordem do ‘mais que um’, do do ‘mais que dois’ indivíduos e também pelo fato de que só há indivíduo se há a grupalidades. Há evidentemente diversas formas de pensar coletividades, e como elas organizam, prescrevem relações e/ou abrem caminho para a invenção de formas de sociabilidade. As lutas situadas, os feminismos antipatriarcais, os feminismos negros, as mulheres indígenas, os corpos trans e suas redes de cuidado, as juventudes, os grupos de cuidado mútuo, as/os artistas, favelados, os teatros das oprimidas, as artistas mães. As redes também conformam grupalidades, de muitas formas. Pensar grupos e suas potencialidades a partir da análise institucional – não apenas nas práticas artísticas contemporâneas, mas nas mais diversas formas de coesão social – nos permite atravessar muitos problemas atuais, e combater fatores de alienação como vimos acima. A tensão ou co-produção entre grupos e instituições pela análise institucional, por sua vez, é mais um espaço para pensar as potências do contágio que se dão por meio das grupalidades.

Fazer análise é, cada vez mais, o trabalho de desestabilização do que se apresenta tendo a unidade ou a forma de um campo: o instituído, o indivíduo, o social. Do uno ao coletivo, esta é a direção da análise. Direção a quê? Não ao agrupamento, ao conjunto de indivíduos nem à unidade do diverso, mas ao coletivo como dinâmica de contágio em um plano hiperconectivo ou de máxima comunicação. (Passos; Barros, 2009: 26)

A conectividade ou a fluência em um grupo desenha uma “multiplicidade para além do indivíduo”, e pode acontecer na navegação de formas

pré-verbais de comunicação, “derivando de uma lógica dos afetos mais do que de uma lógica dos conjuntos bem circunscritos” (Guattari, 1992: 20). Colocar o grupo mais como dinâmica de afetação do que como sistemática produtiva (grupos identitários) é fruto também de uma desobjetificação do modo de pensar. Reversão que aprendemos da análise institucional para analisar os problemas: deslocar as posições dadas entre objetos e sujeitos da análise. E outra: permitir a aparição de imprevistos, de não saberes, de efeitos surpreendentes.

Os estudos da subjetividade nos mostram o caráter coletivo e social da subjetivação, que é, portanto, política, e ela não se separa dos diversos modos de produção e agenciamentos sociais contemporâneos. A concepção da subjetivação como sendo coletiva procura romper o encerramento moderno do indivíduo na forma independente e deveras alienada, muitas vezes culpabilista, orientada pelo capitalismo contemporâneo. Na atualidade, parece que vivemos uma crise das coletividades – mesmo que tenhamos, no contexto artístico, vivido aquela década de muita coletividade e invenção institucional entre 2000 e 2010. E, ao mesmo tempo em que se fala insistentemente das redes sociais, enfrentamos uma espécie de esvaziamento das noções de comunidade e público e também da representatividade política (o poder não se responsabiliza...), ao passo que as identidades-identitárias se reificam e se fortalecem como forma de expressão das multiplicidades da sociedade (ou seria uma serialização de individualidades?). São muitas as maneiras de impingir controle. “Aos sistemas tradicionais de coerção direta, o poder capitalista continua acrescentando mecanismos de controle que exigem, se não a cumplicidade de cada indivíduo, pelo menos seu consentimento passivo”, escreveu Guattari (2009, p. 262). Esses meios se ‘miniaturizam’, e vão além das técnicas de maquinação. As diversas tecnopolíticas que se tornam formas de produção também nos governam, e igualmente nos controlam. Eles investem no funcionamento básico dos comportamentos perceptivos, sensoriais, afetivos, cognitivos, linguísticos etc., “dos quais a parte ‘invisível’

desterritorializada é provavelmente a mais temerosamente eficiente” (idem). Nesse sentido, lidamos com os mesmos problemas, “aqui e lá”, e o trabalho se torna compreender de que forma temos lastro para inventar formas de relação e para combater as forças que nos alienam. Essa reflexão se atualiza a todo o momento, à medida que há avanços progressistas, de construção política de direitos, e também em meio aos retrocessos, políticas do ódio, provocação de crises, que intentam desmontar o que se construía, e que atuam sub-repticiamente por dentro de nossos corpos e colonizam nosso olhar.

De volta à experiência da UERJ, impossível não demarcar o fato de que a UERJ é uma das instituições que primeiro implementou o sistema de cotas na universidade pública, legado que ensina às demais universidades. Sabemos que a crise provocada na UERJ (mas também na instituição universitária pública brasileira) tenta provocar efeitos destrutivos diretamente nas políticas inclusivas. Com as cotas se reverte a marca da instituição que individualiza (também por que replica a lógica do Estado), e que passa a encontrar forças internas, intestinas e combativas com o ingresso de alunos, seus imaginários, desejos, valores e lutas, que não são aqueles instituídos pela branquitude. Pensando a tensão entre grupalidades(s) e institucionalidade, se pode pensar como a conquista política é, de certa forma, conquista de um determinado grupo social: um “desejo de grupo”, que é aquilo que faz sentido, ou aquilo que “deve ser feito”, respondendo – no caso das cotas raciais e étnicas – às necessidades e desejos destes grupos sociais, que haviam sido deliberadamente excluídos de diversas participações sociais e construções de subjetividade e saber na sociedade moderna e contemporânea. Os epistemicídios que passam a ser reparados na conquista das cotas raciais e étnicas ativam energias criativas mutantes, que liberam a produção de subjetividade, que singularizam processos encontrando novamente aquele sentido que só pode ser produzido pelo(s) grupo(s) ele(s) mesmo(s).

Evidentemente não está tudo garantido quando transformações molares são implementadas. As dificuldades que os alunos que ingressam nas universidades via sistema de cotas vivenciam, por exemplo, demarcam que não é necessário apenas incluir, mas também poder manter (as Bolsas Permanência) – e portanto, seguir analisando. As violências institucionais, raciais, econômicas não se resolvem uma vez que um aluno negro ou indígena ingressa no sistema universitário, e por isso o fomento de estratégias internas, tais como os aquilombamentos e as diversas formas de alianças, se fazem necessárias. A colonialidade que desenha as instituições não se destrói completamente, mas se combate no cotidiano das práticas e na insurgência das experiências de vida daqueles que historicamente ficaram de fora desse agenciamento. Tensão entre grupo, sentido de uma prática, e institucionalidade. Heliana Conde Rodrigues escreveu, a partir de Guattari, que *“toda análise é institucional: o inconsciente ou desejo jamais se confundem com as leis objetivas que o discurso da ordem”* (Rodrigues, 2004: 20), nesse sentido é preciso seguir analisando de maneira a encontrar não a institucionalidade que cristaliza, mas o desejo que move.

A história da análise institucional é vasta e (in)surge a partir de várias práticas, e este artigo vem como gesto pequeno tramar mais caminhos numa história viva e presente, de forma que se possa ainda desejar transformar nossos contextos em busca de reparar opressões construídas historicamente – também sobre certas formas de expressão, inacabamentos e imprecisões, e certas potências conectivas da arte. O diagrama verbi-visual e gerativo que trama este texto, a partir da carga da análise e da produção de Basbaum, chama possibilidades de futuro. Compreender a fragmentação, mas ao mesmo tempo o potencial conectivo das formas grupais parece crucial para a produção de processos artísticos contemporâneos. E compreender as genealogias que nos formam, retrair nossas próprias experiências, honrando as linhagens daquilo que nos formou, as amizades, as alianças. Para atuar implicados, contudo, é preciso poder nutrir relações de ruptura

com as relações (institucionais) estabelecidas. Do que se apreende que compartilhar conhecimento sobre a análise institucional, no desenho político dessa pragmática, não é possível sem partilhar contexto. Essa teoria não viaja sem a vasta rede de coletivos que a instituiu, e que persegue formas de seguir perseverando em busca de ativar aquele potencial de passagem, tráfico amoroso, e produção de sentido. Nesse sentido, qual seria o meu – e nosso – próximo experimento de análise institucional?

Referências

- BAREMBLITT, G. F. *O inconsciente institucional. Simpósio Internacional de Psicanálise, Grupos e Instituições*. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- BASBAUM, R. *Além da pureza visual*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2007.
- _____. *Diagrams, 1994-ongoing*. Berlim: Errant Bodies Press, 2016.
- BENEVIDES DE BARROS, R. *Grupo. A afirmação de um simulacro*. Porto Alegre: Sulina, Editora da UFRGS, 2009.
- CALÓ, S.; PEREIRA, G. CERFI: From the Hospital to the City. *London Journal of Critical Thought (LJCT)*, London, v. 1, n. 2, p. 83-100, jun. 2017.
- FRASER, A. O que é a crítica institucional. *Revista Concinnitas*, Rio de Janeiro, ano 15, n. 25, p.01-04, dez. de 2014.
- _____. Da crítica às instituições a uma instituição da crítica. *Revista Concinnitas*, Rio de Janeiro, ano 9, v. 2, n. 13, p. 179-187, dez. de 2008.
- GUATTARI, F. *Revolução molecular. Pulsões políticas do desejo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Ed. 34, 1992.
- GUATTARI, F.; LOTRINGER, S. *Soft Subversions: texts and interviews, 1977-1985*. Los Angeles: Semiotext(e), 2009.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolíticas: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HOLMES, B. Investigaciones extradisciplinares. Hacia una nueva crítica de las instituciones. *Multitudes/transversal*, 2007. Disponível em: <https://cc-catalogo.org/publicaciones/investigaciones-extradisciplinares-hacia-una-cr%C3%ADtica-de-las-instituciones>. Acesso em: 06 set. 2021.
- LOURAU, R. *Análise institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1993.
- O'SULLIVAN, S. *Art Encounters: Deleuze & Guattari*. Hampshire, New York: Palgrave

MacMilan, 2006.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina B. “A cartografia como método de pesquisa-intervenção”. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.,; ESCOSSIA, L. (2009), p. 17-31.

PASSOS, E.; KASTRUP, V.,; ESCOSSIA, L; (Orgs.), *Pistas para o método da cartografia*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RIBAS, C. T. Vocabulários interseccionando: uma transversal no Brasil entre Junhos disruptivos. *Revista MESA*, Niterói, n. 2, abr. 2015. Disponível em: <http://institutomesa.org/revistamesa/edicoes/2/vocabularios-interseccionando/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

RODRIGUES, H. de B. C. Sobre as histórias das práticas grupais: explorações quanto a um intrincado problema. In: JACÓ-VILELA; A. M.; MANCEBO, D. (Orgs.). *Psicologia social: abordagens sócio-históricas e desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro, EdUERJ. 2004, p.113-168.

SAIDÓN, O., KAMKHAGI, V. Rl. *Análise institucional no Brasil: favela, hospício, escola, Funabem*. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1987.

STENGERS, I. *Power and Invention: situating science*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

WATSON, J. *Guattari's diagrammatic thought: writing between Lacan and Deleuze*. London, New York: Continuum Books, 2009.

Notas

* Cristina Thorstenberg Ribas trabalha como pesquisadora e artista. É Doutora pelo Goldsmiths College University of London (2017) e pós-doutoranda no PPGAV-IA UFRGS (CAPES PNPd) desde 2018, universidade na qual se graduou em Artes em 2004. É Mestre em Processos Artísticos Contemporâneos pela UERJ (2008). Concede projetos entre estética e política e pesquisa militante. Faz parte da Red Conceptualismos del Sur e do grupo de pesquisa Epistemologias Afetivas Feministas. Junto de Giseli Vasconcelos e Tatiana Wells desenvolve os *Arquivos Táticos* [<http://midiatatica.desarquivo.org/>]. Organiza a plataforma online *Desarquivo.org*. E-mail: crislaranjaribas@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6856-1937>.

1 “Desbordes institucionais” é um conceito de Marcelo Expósito, que em parte incorporamos em nosso Dossiê “Instinto e Instituição: desbordes institucionais entre a estética e a clínica”, publicado na revista *Porto Arte* em Dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/PortoArte/issue/view/4244/showToc>. Acesso em: 09 nov. 2021.

2 E segue: “Esse processo vinha-se incubando através de vários antecedentes interessantes de articulação entre psicanálise e marxismo, que são contemporâneos, tanto no auge da psicanálise quanto na obra e no trabalho de Pichón-Rivière e seus principais discípulos, dentre os quais estão hoje conosco alguns dos mais preclaros” (*ibidem*).

3 Em meu doutorado na Goldsmiths College, em Londres, escrevi sobre as “cartografias esquizoanalíticas”

- de Félix Guattari, revisitando a história da análise institucional no Brasil, e sobre quatro práticas teatrais. A tese está disponível em: <https://research.gold.ac.uk/id/eprint/20523/>. Acesso em: 10 out. 2021.
- 4 Participaram do GTPSI: François Tosquelles, Jean Ayme, Hélène Chaigneau, Jean Colmin, Roger Gentis, Félix Guattari, Jean Oury, Nicole Guillet, Ginette Michaud, Robert Millon, Gisela Pankow, Jean-Claude Polack, Claude Poncin, Yves Racine, e outros mais.
 - 5 Evidentemente, uma das pesquisas ou narrativas que aliam entre esses mundos da psicanálise, da esquizoanálise e da produção artística é a obra de Suely Rolnik a partir da produção de Lygia Clark, "Arquivo para uma obra acontecimento. Ativação da memória corporal da poética de Lygia Clark e seu contexto", publicado originalmente em "Projeto de ativação da memória corporal de uma trajetória artística e seu contexto". Livreto que compõe a caixa-arquivo com 53 entrevistas. São Paulo/Paris: Cinemateca Brasileira e SESC, e Carta Blanca Éditions, 2011.
 - 6 "Nossas sociedades são estatizadas até o mais íntimo. Toda análise institucional encontra o Estado; não há reservas indígenas, nem homens protegidos, fora do Estado" (Lourau, 1993: 69).
 - 7 O conceito de analisador é importante para a análise institucional. Ele não é necessariamente algo objetivo, pré-existente, ou estável. Podem ser analisadores, por exemplo, o dinheiro, a crise, a violência, entre outros, inesgotavelmente.
 - 8 A análise institucional também passou, muito cedo, por um momento de normalização de seu potencial transformador. A encomenda feita por instituições para analisadores situados externamente às instituições trouxe uma crise para o manejo e efetividade da análise. Não vou tratar dessa fase da análise institucional neste artigo. Como referência, veja o livro organizado por Osvaldo Saidón e Vera Rachel Kamkhagi (1987).
 - 9 Para mim, pessoalmente, há mais um desviante na composição de uma genealogia singular: a contribuição de Jakob Jakobsen, um artista e pesquisador dinamarquês, que com sua prática produz uma crítica institucional das formas de circulação do saber, interferido na propriedade do conhecimento, gerando estratégias de partilha tais como a Free University of Copenhagen, junto de Henriette Heise. Conhecer Jakobsen na minha passagem por Londres, quando vivi lá, possibilitou alinhar-se com mais elementos complexificantes das passagens entre lugares, práticas, institucionalidades e "pedagogias de negação" – nas palavras dele - das instituições, dos mercados, do capitalismo. Jakobsen fez, por exemplo, uma pesquisa extensa sobre a Anti University of London (década de 60). Disponível em: <http://jakobjakobsen.net/>. Acesso em: 10 dez. 2021.
 - 10 Plataforma on-line que difunde e traduz textos. Disponível em: <https://transform.eipcp.net/correspondence.html>. Acesso em: 05 ago. 2021.
 - 11 Destaco a produção de Marta Malo de Molina.
 - 12 Parte do Arquivo de emergência foi transformado na plataforma Desarquivo.org em 2011. Minha dissertação de Mestrado "Arquivo/Desarquivo" (2008) é uma reflexão historiográfica sobre o contexto brasileiro dos coletivos e das artes em espaço público, do conceito de esfera pública e da noção de pesquisa militante. Disponível em: <https://www.bdt.uerj.br:8443/handle/1/7480#preview-link1>. Acesso em: 10 dez. 2021.
 - 13 Muitas pesquisas no Brasil têm traçado caminhos de uma crítica institucional brasileira e lidam com "problemas brasileiros". Não cito longamente aqui, mas menciono pesquisas como a de André Mesquita, Sheila Cabo Geraldo, Fernanda Albuquerque, Claudia Paim e Newton Goto.
 - 14 Em um texto anterior, eu trabalhei como a transversalidade incita a criatividade do grupo.

- Sobre o processo de criação do Vocabulário político para processos estéticos, ver “Vocabulários interseccionando: uma transversal no Brasil entre Junhos disruptivos”, publicado em Revista Mesa (Ribas, 2021).
- 15 Neste contexto se cria também a revista *Recherches* (literalmente, Pesquisas) e depois a revista *Chimères*.
 - 16 Venho trabalhando há quase dez anos com problemas de pesquisa – e da pesquisa em artes, elaborando uma série de perguntas. Afirmar o status especulativo da pesquisa – que abandona finalidades previstas – aproxima a produção e pesquisa, poética e pesquisa. Recolocar os problemas significa também conferir quais são as teorias disponíveis para pensar a prática artística e de pesquisa hoje – conferir se elas ‘dão conta’ ou não dão conta. Muito se viu nos anos 1990 e 2000 sobre a relação entre pesquisa e arte, mas muito recorrentemente esses caminhos criavam um fechamento e uma especialização ainda maior para uma autonomia moderna da arte. Abrir um campo de vizinhanças parece ser a forma de atualizar problemas, de verdade, abandonando retóricas vazias.
 - 17 Imprescindível não alinhar os cortes da UERJ com o deslocamento de verba para o recebimento de dois megaeventos, que concentram na cidade do Rio de Janeiro suas ações: as Olimpíadas (2016) e a Copa do Mundo (2014).
 - 18 Um livro de referência para entender a crise provocada nas universidades no capitalismo contemporâneo no contexto europeu é *La Universidad en conflicto. Capturas y fugas en el mercado global del saber*, organizado por Edu-Factory y Universidad Nómada, em 2010. Disponível em: <https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/La%20Universidad%20en%20conflicto-TdS.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2022.
 - 19 Não tive tempo de procurar um(a) servidor(a) da instituição. Para esse experimento, de certa forma segui minhas redes afetivas na construção dos convites.
 - 20 “Com dívida de R\$ 20 mil e sem salário, professora da Uerj compartilha extrato bancário zerado.” Por Leandro Machado. BBC Brasil. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-40795640>. Acesso em: 13 out. 2021.
 - 21 Penso a variabilidade aqui como conceito desenvolvido na produção de Isabelle Stengers e Ilya Prigogine. Trabalhei com esse conceito na minha tese, supracitada. Complexidade, um debate crucial sobre a ciência moderna e contemporânea e algo sobre variabilidade estão em Stengers (1997).

Artigo submetido em novembro de 2021. Aprovado em fevereiro de 2022.